

Estatutos da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária Gabriel Pereira

Capítulo I Da Denominação, Objecto, Natureza, Sede, e Fins

Artigo 1.º Denominação

A Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária Gabriel Pereira, designada nestes estatutos abreviadamente por APESGP, congrega e representa os Pais e Encarregados de Educação dos alunos que frequentam este estabelecimento de ensino e que a ela queiram aderir, nestes estatutos designados por associados.

Artigo 2.º Objecto

À APESGP, compete assegurar a efectivação dos direitos e deveres que assistem aos pais e encarregados de educação em tudo quanto respeita à educação e ensino dos seus filhos e educandos, de acordo com a legislação em vigor, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento de relações solidárias entre toda a comunidade educativa.

Artigo 3.º Natureza e Sede

1. A APESGP é uma instituição sem fins lucrativos, com duração ilimitada, que se regerá pelos presentes estatutos e, nos casos omissos, pela lei geral.

2. A APESGP exercerá as suas actividades sem subordinação a qualquer ideologia política ou religiosa.

A APESGP tem a sua sede social nas instalações da Escola Secundária Gabriel Pereira, sita na Rua Dr. Domingos Rosado em Évora.

Artigo 4.º Fins

1. São fins da APESGP

a) Promover a formação dos Pais e Encarregados de Educação, enquanto membros da comunidade educativa, habilitando-os ao cabal desempenho da sua missão de educadores e membros dos órgãos de gestão da escola;

b) Criar e desenvolver condições para o funcionamento da Componente de Apoio à Família no estabelecimento de ensino, cujo funcionamento é definido através de regulamento interno próprio.

- c) Defender os interesses morais, culturais e físicos dos educandos e intervir no estudo e resolução dos problemas respeitantes às questões da educação e da juventude que se coloquem ao nível da escola ou local.
- d) Fomentar e dinamizar a colaboração permanente entre os alunos, corpo docente e associados, bem como criar condições para a efectiva participação destes últimos na tarefa educativa que lhes compete;
- e) Promover a designação de representantes da Associação nos diversos órgãos da Escola onde tenham assento;
- f) Pronunciar-se junto dos Órgãos de Administração e Gestão da escola ou de outras entidades competentes na defesa dos interesses dos alunos;
- g) Conhecer a opinião dos associados sobre problemas educativos e culturais ou outros de interesse para os seus educandos, dando deles conhecimento aos Órgãos de Administração e Gestão da escola, e se necessário, a outras entidades;
- h) Fomentar actividades de carácter pedagógico, formativo, cultural, científico, social e desportivo;
- i) Intervir, como parceiro social, junto de autarquias, autoridades e outras instituições, de modo a possibilitar e facilitar o exercício dos direitos e o cumprimento dos deveres que cabem aos Pais e Encarregados de Educação;
- j) Fomentar a colaboração efectiva entre todos os intervenientes no processo educativo, com finalidades convergentes ou complementares, salvaguardando a independência em relação a quaisquer organizações nacionais ou internacionais;
- k) Exercer actividades que, não dizendo respeito a aspectos meramente educativos, se relacionem com estes e com a defesa e apoio da instituição familiar;
- l) Criar condições para a celebração de parcerias de âmbito cultural, científico e profissional;
- m) Promover, divulgar e defender a implementação e o respeito pelas Carta Europeia dos Direitos Fundamentais; Declaração Universal dos Direitos Humanos e Convenção dos Direitos da Criança.

2. Compete à APESGP:

- a) Pugnar pelos justos e legítimos interesses das famílias na sua posição relativa à escola, à educação e à cultura;
- b) Estabelecer o diálogo necessário para a recíproca compreensão e colaboração entre todos os membros da escola;
- c) Promover o estabelecimento de relações com outras associações similares ou suas estruturas representativas, visando a representação dos seus interesses junto do Ministério da Educação.

Capítulo II Dos Associados

Artigo 5.º Associados

1. Podem ser associados da APESGP

- a) Todos os pais e encarregados de educação dos alunos da Escola Secundária Gabriel Pereira que voluntariamente se inscrevam na Associação, considerando-se sócios efectivos;
- b) Qualquer pessoa ou entidade que, em assembleia-geral, por proposta da direcção ou de 10% dos associados, seja aprovado como tal, considerando-se sócio honorário.

2. A inscrição como associado deverá ser efectuada:

- a) No acto da matrícula/inscrição do seu educando(a).
- b) Em qualquer outro momento, no decorrer do ano escolar.

Artigo 6.º Direitos e Deveres

1. São direitos dos associados:

- a) Participar nas Assembleias-gerais e em todas as actividades da APESGP;
- b) Eleger e serem eleitos para os órgãos sociais da APESGP;
- c) Recorrer à APESGP para apoio na resolução de problemas relativos ao seu educando;
- d) Serem mantidos ao corrente de toda a actividade da APESGP;
- e) Participar em grupos de trabalho que venham a constituir-se no âmbito do plano de actividades;
- f) Aceder e examinar, toda a documentação e contas relativas à APESGP, na sua sede e em datas a estabelecer pela Direcção em exercício;
- g) Propor aos Órgãos Sociais iniciativas de comprovado interesse para os alunos;
- h) Apresentar propostas e soluções que entendam poder contribuir para a concretização dos objectivos traçados no plano de actividades.

2. São deveres dos associados:

- a) Cumprir os presentes estatutos;
- b) Cooperar nas actividades da APESGP;
- c) Exercer, com zelo e diligência, os cargos para que forem eleitos;
- d) Respeitar os órgãos sociais assim como os restantes associados;
- e) Pagar as quotas que forem fixadas em Assembleia-geral.

3. Perdem a qualidade de associados:

- a) Os pais ou encarregados de educação cujos educandos deixem de estar matriculados na Escola Secundária Gabriel Pereira.
- b) Os que o solicitem por escrito;
- c) Os que infringirem o que se encontra estabelecido nos presentes estatutos;
- d) Os que não satisfaçam as suas quotas no prazo que lhes venha a ser comunicado.

Capítulo III Dos Órgãos Sociais

Artigo 7.º Órgãos

- 1. São Órgãos Sociais da APESGP: a assembleia-geral, a direção e o conselho fiscal.
- 2. Os membros da mesa da assembleia-geral, a direção e o conselho fiscal são eleitos anualmente, por sufrágio directo e secreto pelos associados que compoñham a assembleia-geral.
- 3. É admitida a eleição de membros para o mesmo órgão constante da alínea 2., por dois ou mais anos consecutivos.

Secção 1.ª Assembleia-geral

Artigo 8.º Composição

- 1. A Assembleia-geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos.
- 2. A Assembleia-geral considera-se legalmente constituída se estiverem presentes, pelo menos, um terço dos associados, funcionando meia hora mais tarde com qualquer número de associados.
- 3. Não é permitida a participação aos associados com dívidas à associação de quaisquer quotas ou por actividades por esta prestadas, sem a sua satisfação até ao penúltimo dia antes da realização da assembleia.

Artigo 9.º Mesa da Assembleia-geral

- 1. A mesa da Assembleia-geral é composta por um presidente, um vice-presidente e um secretário;
- 2. O presidente da mesa será substituído, na sua falta comprovada, pelo vice-presidente ou na ausência comprovada de ambos, pelo secretário.

Artigo 10.º

Funcionamento da Assembleia-geral

1. A assembleia geral reúne obrigatoriamente em cada ano civil até 15 de Novembro para discussão e aprovação do relatório anual de actividades e contas do exercício anterior, eleição dos órgãos sociais, aprovação do orçamento e plano de actividades da direcção para o ano lectivo em curso.

2. A Assembleia-geral reúne também por requerimento da sua convocação ao presidente da mesa, pelo presidente da direcção, do presidente do conselho fiscal ou por petição subscrita por, pelo menos, 1/3 dos associados no pleno gozo dos seus direitos.

§único. Quando pedida por petição, a assembleia geral só funcionará se estiverem presentes noventa por cento dos peticionários.

Artigo 11.º

Convocatória

1. A convocatória para a Assembleia-geral será feita com a antecedência mínima de oito dias por convocatória enviada a todos os associados, indicando a data, hora, local e ordem de trabalhos.

2. A convocatória para a Assembleia-geral é afixada em local acessível a toda a comunidade educativa.

3. Quando requerida, a assembleia geral deverá realizar-se no prazo máximo de 15 dias.

Artigo 12.º

Competências

1. Compete à Assembleia-geral:

- a)** Aprovar e alterar os estatutos;
- b)** Eleger a sua mesa e os restantes órgãos sociais;
- c)** Eleger o associado ou associados que devem substituir os elementos cujo mandato tenha sido revogado;
- d)** Apreciar e aprovar, com o parecer do conselho fiscal, o relatório e contas da direcção e o relatório de actividades;
- e)** Apreciar e votar o plano de actividades e o orçamento;
- f)** Apreciar e votar a integração da APESGP em Federações e/ou Confederações de associações similares;
- g)** Fixar o valor da quota anual a pagar sob proposta da direcção, bem como os prazos e a sua forma de pagamento;
- h)** Exonerar associados sob proposta da direcção;
- i)** Decidir da extinção da Associação e deliberar sobre o destino a dar aos bens da mesma;
- j)** Pronunciar-se sobre outros assuntos que sejam submetidos à sua apreciação.

2. Compete ao Presidente da mesa da Assembleia Geral

- a) Convocar as assembleias-gerais e dirigir os respectivos trabalhos;
- b) Presidir e fiscalizar o processo eleitoral e manter actualizados os cadernos eleitorais;
- c) Dar posse ao novo presidente da mesa da assembleia-geral;
- d) Assinar as actas das sessões e proceder à legalização dos livros respeitantes à assembleia-geral;

Secção 2.^a

Direção

Artigo 13.º

Composição

- 1. A APESGP é gerida por uma Direção constituída por um mínimo de cinco associados.
- 2. A Direção integra sempre um número impar de associados e é constituído por um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e um vogal.

Artigo 14.º

Reuniões

A Direção reúne mensalmente e sempre que o presidente ou a maioria dos seus membros o solicite.

Artigo 15.º

Competências

- 1. Compete à Direção:
 - a) Prosseguir os objectivos para que foi criada a APESGP;
 - b) Executar as deliberações da Assembleia-geral;
 - c) Administrar os bens da APESGP;
 - d) Submeter à Assembleia-geral o relatório anual de actividades e contas para discussão e aprovação;
 - e) Representar a APESGP;
 - f) Propor à Assembleia-geral o montante da quota anual a fixar para o ano seguinte;
 - g) Admitir os associados;
 - h) Propor, à Assembleia-geral, a exoneração de associados;
 - i) Cooperar com os Órgãos de Administração e Gestão da Escola, o seu Corpo Docente e não Docente, em todos os assuntos de interesse comum em que a APESGP tenha participação ativa ou meramente consultiva;

- j) Nomear os representantes da APESGP junto de organismos nacionais e internacionais, credenciados e directamente ligados às questões da educação para intercâmbio de experiências e ideias passíveis de aplicar na nossa escola;
- k) Promover reuniões com os Encarregados de Educação representantes de turma, para auscultar e registar os problemas da escola em geral e das turmas, a fim de propor soluções aos Órgãos de Administração e Gestão da Escola;
- l) Fica permitido o voto por correspondência, assim a direcção devereia decidir no início do mandato se irá ou não utilizar o voto por correspondência, a deliberação do conselho que permita o voto por correspondência é livremente revogável, por maioria simples dos seus membros. As decisões votadas por este meio deverão ser colocadas em acta de reunião mensal da Direcção.

2. Compete ao presidente da Direcção:

- a) Representar a Direcção;
- b) Convocar os membros da Direcção para as reuniões e presidir às mesmas;
- c) Dirigir e coordenar os trabalhos, executando e fazendo executar as deliberações da Direcção;
- d) Gerir financeiramente a associação juntamente com o secretário e o tesoureiro;
- e) Assinar as atas das reuniões da Direcção;
- f) Proceder à gestão do pessoal ao serviço da associação.

3. Compete ao vice-presidente coadjuvar e substituir o presidente na sua falta ou impedimento.

4. Compete ao secretário e tesoureiro as atribuições que normalmente cabem a estas funções.

§único. Os membros da Direcção são solidariamente responsáveis pelas decisões tomadas no exercício das suas funções e competências, quando em acta não se tenham a elas oposto

Artigo 16.º

Funcionamento

- 1-** A Direcção reunirá, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que o seu presidente ou a maioria dos seus membros o solicite.
- 2-** Poderão participar, quando convidados, nas reuniões da Direcção:
 - a) Os membros da mesa da assembleia-geral;
 - b) Os membros do conselho fiscal;
 - c) Um representante da Direcção Executiva da escola, qualquer outro professor ou qualquer pessoa que para tal tenham sido, justificadamente, convidados.

Secção 3ª

Conselho Fiscal

Artigo 17.º

Composição

O Conselho Fiscal é constituído por três membros: um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário.

Artigo 18.º

Competências

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Dar parecer sobre o relatório anual de atividades e contas da Direção;
- b) Verificar, trimestralmente, a legalidade das despesas efectuadas e do cumprimento do orçamento e a conformidade estatutária dos atos da Direção.
- c) Fiscalizar os documentos da associação, quando julgue necessário;
- d) Emitir parecer sobre qualquer assunto, mediante pedido da assembleia-geral ou da Direção da associação;
- e) Requerer a convocação da assembleia-geral, nos termos estatutários;
- f) Solicitar a qualquer órgão da associação as informações que entenda necessárias;
- g) Cumprir as demais disposições impostas por lei no âmbito das suas funções.

Artigo 19.º

Reuniões

O Conselho Fiscal reúne uma vez por trimestre ou por solicitação de dois dos seus membros.

Secção 4ª

Eleições

Artigo 20º

Convocatória

1. Os membros dos Órgãos Sociais da APESGP são eleitos anualmente por sufrágio directo e secreto.
2. As eleições efetuar-se-ão até 15 de Novembro, na reunião anual da Assembleia-geral, que funcionará durante a Assembleia como Assembleia Eleitoral.
3. Da respectiva convocatória constarão:
 - a) O dia, o local, a hora e a ordem de trabalhos;
 - b) Horário de abertura e encerramento da urna.

Artigo 21º

Caderno Eleitoral

- 1.** Para efeitos eleitorais são considerados membros no pleno gozo dos seus direitos, todos os que cumpram as condições expressas no Capítulo II, Artigo 6.º, n.º 2, destes Estatutos.
- 2.** Qualquer membro efectivo poderá reclamar, por escrito, da inclusão ou omissão de qualquer associado, devendo as reclamações dar entrada na sede da APESGP até 5 dias úteis antes da data designada para a Assembleia Eleitoral.
- 3.** As reclamações serão apreciadas pela Mesa da Assembleia-geral até ao final do 2º dia útil seguinte ao termo do prazo fixado no número anterior, com conhecimento da decisão ao associado reclamante.

Artigo 22.º

Candidaturas

- 1.** As listas candidatas deverão dar entrada na sede da APESGP até dez dias úteis antes do acto eleitoral.
- 2.** As candidaturas podem ser apresentadas por associados que cumpram as condições expressas no Capítulo II, Artigo 6.º, destes Estatutos, em número não inferior a 11 membros efectivos.
- 3.** Qualquer membro efectivo pode ser subscritor da sua própria candidatura, mas é-lhe interdito subscrever mais de uma lista.
- 4.** Todas as candidaturas deverão ser acompanhadas de declaração do associado proposto, no qual se confirme a aceitação do cargo para que é candidato.
- 5.** Será obrigatório, com a apresentação da lista, esta vir acompanhada de um projecto de Actividades e de um orçamento provisório, para o mandato a que se candidata.
- 6.** Na apresentação das candidaturas, os proponentes deverão indicar qual de entre eles será o mandatário da lista e exercerá as funções de vogal verificador, fazendo, como observador, parte da Comissão Eleitoral.

Artigo 23.º

Votação

- 1.** A votação efectuar-se-á por escrutínio secreto, tendo como horário o indicado na convocatória, apenas podendo votar os membros efectivos em pleno gozo dos seus direitos à data da eleição.
- 2.** Haverá uma única mesa de voto constituída pela Comissão Eleitoral, que será composta pelos elementos da mesa da Assembleia-geral, mais os mandatários das listas, sendo estes estritamente observadores.
- 3.** Encerrada a urna, proceder-se-á de imediato ao escrutínio, sendo considerada vencedora a lista que obtiver mais votos.

Artigo 24.º

Acto de Posse

Os eleitos serão empossados em sessão pública de Acto de Posse que deverá decorrer de seguida à proclamação da lista vencedora ou até 15 dias após o acto eleitoral.

- a) O Presidente da Mesa da Assembleia-geral dará posse ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral eleito;
- b) O novo Presidente da Mesa da Assembleia-geral dará posse aos restantes membros eleitos.

Capítulo IV

Do Regime Financeiro

Artigo 25.º

Receitas

Constituem receitas da APESGP, nomeadamente:

- a) As quotas dos associados;
- b) As subvenções ou doações que lhe sejam concedidas;

Artigo 26.º

Vinculação e Movimentação

- 1. A APESGP obriga-se no movimento de documentos de tesouraria com duas assinaturas, entre o presidente da Direção, o vice-presidente e o tesoureiro.
- 2. Para o restante expediente, com uma assinatura, preferencialmente a do presidente da Direção.
- 3. As disponibilidades financeiras da APESGP serão obrigatoriamente depositadas numa entidade bancária, em conta própria da associação.

Capítulo V

Dissolução

Artigo 27.º

Dissolução

Em caso de dissolução, o ativo da APESGP, depois de satisfeito o passivo, reverterá integralmente a favor da entidade que a Assembleia-geral determinar.

Capítulo VI

Disposições Gerais

Artigo 28.º

Exercício

Os membros dos corpos sociais exercerão os seus cargos sem qualquer remuneração.

Artigo 29.º

Regimento Interno

- 1.** Deverá ser elaborado e aprovado o Regimento Interno, onde conste o funcionamento dos Órgãos Sociais, assim como o Regulamento Eleitoral.
- 2.** O Regimento Interno deverá ainda definir as representações externas, o funcionamento das comissões ou grupos de trabalho, o funcionamento da APESGP assim como quaisquer matérias omissas nestes estatutos.